



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLÓGICA**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DE JOVENS E ADULTOS - EJA: INQUIETAÇÕES E DESAFIOS**

**MANAUS - AM**  
**2019**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLÓGICA**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



FRANCISCO CLAUDEMIR DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA: INQUIETAÇÕES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à Coordenação de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM para obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas. Orientador: Prof. MSc. Janari Rui Negreiros da Silva

MANAUS - AM  
2019

---

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

---

O48e Oliveira, Francisco Claudemir de.  
A educação ambiental no contexto de uma escola de educação de jovens e adultos – EJA: inquietações e desafios. / Francisco Claudemir de Oliveira. – Manaus, 2019.  
48 p. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas)  
– Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas,  
*Campus* Manaus Centro, 2019.

Orientador: Prof. Ma. Janari Rui Negreiros da Silva.

1. Biologia. 2. Educação ambiental. 3. Educação de jovens e adultos. I. Silva, Janari Rui Negreiros da. (Orient.) II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas III. Título.

CDD 372.357



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E TECNOLÓGICA**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas**  
**DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**  
**LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS**



---

FRANCISCO CLAUDEMIR DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DE UMA ESCOLA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): INQUIETAÇÕES E DESAFIOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de LICENCIADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS da Coordenação de Licenciatura em Ciências Biológicas do Campus Manaus Centro do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/CMC.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. MSc. Janari Rui Negreiros da Silva  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

---

Prof. Edilson Gomes  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

---

Prof. Heliamara Paixão  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM

**Dedicatória**

*A Deus, pelo seu amor para comigo, aos meus pais, que me apoiaram nessa jornada e aos meus dois filhos, aos amigos, que colaboraram direta e indireta para conclusão deste Trabalho de conclusão de curso.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu Orientador, Prof. Janari Rui Negreiros da Silva por quem tenho grande admiração tanto como pessoa quanto como profissional, pesquisador, professor, orientador. A meus familiares e amigos que contribuiriam de alguma forma na realização deste trabalho, obrigados a todos.

## RESUMO

A problemática ambiental tem sido agravada nas últimas décadas tanto pela precariedade de sua percepção quanto na conscientização sobre meio ambiente. Ante o exposto, o presente trabalho assumiu o objetivo de produzir conhecimento na perspectiva de compreender as percepções ambientais por meio de representações manifestadas pelos sujeitos da pesquisa, vinculados a uma escolar de jovens e adultos, a fim de contribuir para minimizar os problemas ambientais amazônicos, com o intuito também de colaborar para a formação emancipatória do homem da região, contextualizando esse indivíduo com o meio em que vive e conscientizando-o de suas obrigações como sujeito social. Assim, produzir conhecimento em Educação Ambiental e conscientizar camadas escolares é um pressuposto a se alcançar. Apresentamos parte da percepção ambiental e tendo como protagonistas da pesquisa os alunos da Educação de Jovens e Adultos de uma escola pública de Manaus que trabalharam com os problemas ambientais de Manaus-Am. Além disso, foi visto os principais óbices a serem enfrentados pelos diversos organismos da esfera educacional e pela sociedade em geral, apontados pelos discentes da EJA, nas atividades desenvolvidas em sala de aula, como estratégia para dar conta do problema da pesquisa.

**Palavras - chave:** Educação Ambiental, Representação Ambiental, Educação de Jovens e Adultos.

## **ABSTRACT**

The environmental problem has been aggravated in the last decades both in the lack of perception and in the form of environmental awareness. This work aimed to understand the perceptions through the environmental representations elaborated by the students of a school of young people and adults, as well as to discuss the perception of the subjects of the research, in order to contribute to minimize the Amazonian environmental problems, with the intention of to collaborate for the emancipatory formation of the man of the region, contextualizing this individual with environment in which he lives and making him aware of his obligations as a social subject. Thus, the work arose from the perspective of producing knowledge in environmental education and awareness of anthropocentric actions. We present part of the environmental perception and having as protagonists of the research the students of the Education of Youth and Adults of a public school of Manaus who worked with the environmental problems of Manaus-Am. In addition, it was seen the main obstacles to be faced by the various organizations in the educational sphere and by society in general, pointed out by the EJA students, in the activities developed in the classroom, as a strategy to deal with the research problem.

**Keywords:** Environmental education, methodological alternatives, youth and adult education.

**Lista de Tabela**

Tabela 1 - Correntes da Educação Ambiental.....	20
Tabela 2 - Estrutura organizacional da EJA - Ensino Médio.....	30
Tabela 3 - Manifestações dos Discentes.....	37
Tabela 4 - Conhecimento das Questões Ambientais pelos Professores.....	42

**Lista de Figura**

Figura 1- Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) - Jacira Caboclo.....	34
Figura 2 - Apresentação dos Problemas Ambientais.....	35
Figura 3 - Produção dos Discentes.....	36
Figura 4 - Lixo nos Igarapés.....	38
Figura 5 - Coleta do Lixo Urbano.....	38
Figura 6 – Representação do lixo urbano no Rio.....	39

## SUMÁRIO

Introdução.....	11
CAPÍTULO I – CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS .....	13
1 A problemática da questão ambiental.....	13
2 Histórico da Educação Ambiental .....	14
2.1 Legislação acerca da Educação Ambiental.....	16
2.2 Princípios da Educação Ambiental .....	19
2.3 Correntes da educação ambiental.....	20
3 Educação Ambiental na Escola .....	21
4 Educação de Jovens e Adultos – Histórico e Concepções.....	23
4.1 Legislação pertinente à Educação de Jovens e Adultos (EJA) .....	25
4.2 Contextualização da Educação Ambiental e da Educação de Jovens e Adultos .	27
5 Representação Social - considerações .....	31
CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
CAPÍTULO III – RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	37
Considerações finais .....	44
Referências e obras consultadas .....	45

## 1. Introdução

O maior desafio contemporâneo é buscar alternativas para amenizar os impactos ambientais antropocêntricos, assim, é importante prezar e aprimorar as práticas de sustentabilidade para enfrentar os impactos ao meio ambiente pelos diversos setores da cadeia produtiva. Desse modo, esse trabalho assumiu o objetivo de compreender as percepções por meio das representações ambientais manifestadas pelos discentes de uma escolar de jovens e adultos de Manaus-Am, bem como discutir suas percepções, a fim de contribuir para minimizar os problemas ambientais amazônicos, com o intuito também de colaborar para a formação emancipatória do homem da região, contextualizando esse indivíduo no meio em que vive e conscientizando-o de suas obrigações com a natureza.

Além disso, essa pesquisa traz alguns fundamentos da história da Educação Ambiental desde seus primeiros passos, seu desenvolvimento no Brasil e desdobramentos na região amazônica, partindo, principalmente, de uma realidade escolar formal, no caso que nos ocupa, a escola Prof.<sup>a</sup> Jacira Caboclo, Centro de Educação de Jovens e Adultos - CEJA. Pensando nesse sentido, a pesquisa delimitou esse caminho, apresentando as leis e diretrizes para essa educação. Em seguida, foi realizado breve histórico da Educação de Jovens e Adultos – EJA no Estado do Amazonas, área da pesquisa.

A pesquisa mostra que o tratamento do tema Educação Ambiental no CEJA ocorre somente nos períodos cívicos onde são ministrados vários temas em sala de aula. Para isso conhecemos a proposta pedagógica, o plano de gestão e o plano de ensino, com base no reconhecimento da especificidade da modalidade da Educação de Jovens e Adultos, e da Educação Ambiental como tema transversal, como preconizam os Parâmetros Curriculares Nacionais.

O presente texto está dividido em três capítulos: o primeiro propõe contextualizar os problemas ambientais relacionando a sua história e concepções, às legislações vigentes, aos pressupostos das conferências constituídas pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO e às correntes e objetivos da Educação Ambiental. Além disso, se discutir a Educação Ambiental na escola, dando enfoque à Educação de Jovens e Adultos, tencionando a história, a concepção e a legislação da EJA, mostrando elementos base da educação escolar e sua importância à construção do conhecimento e conscientização da comunidade escolar.

No segundo capítulo encontram-se a metodologia da pesquisa, a descrição dos sujeitos da pesquisa realizada, como também as manifestações e indagações desses sujeitos em relação aos impactos ambientais sobre o meio ambiente. No terceiro há a análise dos resultados e discussões ancoradas pelo corpo de teóricos da base epistêmica das ciências ambientais e da Educação Ambiental.

## **CAPÍTULO I – CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

### **1. A problematização da questão ambiental**

A questão ambiental é um tema de relevância nos dias atuais, pois, sabemos que a relação homem/natureza tem sido degradadora. Há constantemente, alterações no meio ambiente e uma progressão alarmante para gerações atuais e para vindouras, percebemos que progresso e sustentabilidade não têm andado juntos, desde a Revolução Industrial os números de poluição e degradação têm aumentado a cada dia. Tal relação ocasiona alterações no ar, no solo, na água, mediante a esse quadro surgiram preocupações que levaram o homem a pensar como frear o desencadeamento desses impasses.

Os ambientalistas, profissionais que defendem o meio ambiente, precisavam entender como e por que o modelo de desenvolvimento atual levaria à regressão da qualidade de vida dos nossos semelhantes futuros “Herdeiro direto dos movimentos libertário dos anos 60 e de outros sonhos da época, o ambientalismo chegava questionando uma série de valores da sociedade capitalista” (GRUN, 2011).

Segundo Almeida (apud PEDRINI, 2001, p.23) “A degradação do meio ambiente em grandes extensões de nosso planeta vem afetando massas populacionais de todos os setores da sociedade e é de abrangência internacional”. Podemos perceber que o modelo de desenvolvimento atual está levando a escassez dos recursos naturais do planeta, sendo, que a disposição das atividades explorativas antropocêntrica sobre a natureza, é caracterizada pela produção fundada na satisfação (MIRANDA, 2004). Várias conferências foram realizadas, contudo, uma das mais importantes reuniões foi a de Estocolmo/1972, com cientistas de várias nacionalidades debatendo e discutindo a conjuntura da atualidade dando o início para a mudança de concepções e conceitos formulada para geração a qual vivemos. Na conferência da UNESCO, foram elaborados vinte cinco princípios.

O segundo princípio exarado na Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente diz:

Os recursos naturais, incluindo-se o ar, a água, a terra, a fauna e, especialmente, amostras representativas dos ecossistemas naturais, devem ser salvaguardados em benefício das gerações atuais e das futuras, por meio de cuidadoso planejamento ou administração, conforme o caso. (VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS, 1999/2000. p.4).

No princípio acima, podemos ver a necessidade urgente de um modelo de desenvolvimento diferente do atual, onde o consumo, o autonomismo é baixo e a proteção ambiental tem deixado lacunas, ou seja, o predador ambiental consegue ludibriar a lei vigente, nos remontando somente ao agora, deixando de nos preocupar com os nossos descendentes e, sim, em priorizar um consumo exacerbado, em uma população mundial com índice de crescimento exponencial. Portanto, estamos à beira de um caos planetário, os compromissos assumidos pelos países presentes na Conferência de Estocolmo/1972 na qual as consequências da degradação do meio ambiente e a preservação dos recursos naturais eram metas que todos os participantes precisavam cumprir para atingir as metas estipuladas pela conferência.

As Nações Unidas - ONU se encarregou em organizar as conferências vindouras, assim como, fiscalizar as metas estipuladas para cada país. A grande dificuldade eram os países desenvolvidos se submeterem a essas metas, afinal, seria frear o seu crescimento e desenvolvimento. Entretanto, os primeiros movimentos de ecologistas começaram nas classes médias anglo-saxônicas, berço da Revolução Industrial, buscando alternativas que não comprometessem o desenvolvimento, e pudessem reproduzir esses ideais para outros países.

A interação com as ideias nascentes do século XIX refez a forma de pensar a natureza, e que a relação existente com o ambiente de maneira reducionista não poderia permanecer, sob pena da extinção de ecossistemas, também gerando exclusão social, bem como outros óbices.

Segundo Queiroz (2002, p.159)

A exclusão social de um segmento da sociedade, leva-nos a buscar uma relação desse fato com o modelo de desenvolvimento socioeconômico e cultural implantado no país e a sua inserção na globalização, onde um contingente enorme de trabalhadores é marginalizado e excluído da vida econômica e social.

Podemos analisar o resultado dessa exclusão na sociedade, onde a consciência do sujeito sobre o meio ambiente é fragmentada, e as prioridades capitalistas prevalecem sobre o indivíduo. Mudar essas concepções, combater essas ideias reducionistas e mudar para um princípio de consciência baseada na relação entre sociedade e ambiente coerente, o que perpetuará os nossos descendentes para conservação e convívio consciente com o planeta.

## **2 História da Educação Ambiental**

A história da Educação Ambiental iniciou em um ambiente de grande crise global, por várias décadas pré-anunciadas. O crescimento da população mundial, o uso de

agrotóxicos na produção primária premeditava desequilíbrio dos recursos naturais. Desde os primórdios, a sociedade tinha seu modo de subsistência primário, no entanto, uma sociedade quando dominava outra, levava cativo seu povo e impondo seu modo de vida. Na Idade Média existia a figura dominante do Senhor feudal, os trabalhos eram realizados no campo, o sistema de subsistência era primário e local, não havia produção em série para o mercado consumidor. A preocupação era em suprir os feudos e seus súditos, e aqueles que residiam sob custódia do senhor feudal.

No Renascimento, a estrutura de desenvolvimento muda com advento das ciências, paradigmas sustentados à época foram questionados por cientistas daquele momento, era exatamente século o XV, onde a tradição, as teses da Igreja traziam as verdades que não poderiam ser questionadas. No Renascimento, o pensamento do homem muda no decorrer da história.

A ciência surge com a proposta de produzir respostas concretas às dúvidas do homem. A religião perde espaço ao antropocentrismo. “A ideia mecânica de natureza guardava uma forte analogia com a ideia do funcionamento do relógio.” (J.KEPLER apud GRUN, 2011, p.28). A ideia de mundo era comparada à mecânica de um relógio, mecanizar o mundo orgânico era preciso, Descarte, filósofo e matemático traz o mundo orgânico ao mecânico, o crescimento do cartesianismo toma forma com Izaak Newton.

Descartes, Newton, Francis Bacon foram os grandes idealizadores dessa grande mudança de pensamento orgânico para um cartesianista, antecessores da Revolução Industrial que traria o progresso para aquela época, que seguiram para os séculos seguintes mantendo um modelo de apoderação do objeto, (natureza), porém, a natureza logo mostraria que esse tipo de relação não poderia se sustentar e, no século XIX, as Nações Unidas, os cientistas vinculados a essa organização, criou a União Internacional para Proteção (IUPN).

Em 1949, ocorreu a Conferência Científica das Nações Unidas a respeito de Conservação e Utilização de Recursos. A criação da primeira organização não governamental (ONG) ambiental em 1961 foi um grande passo para o trabalho ambiental, mas, a fundação do Clube de Roma, na Itália em 1968, realizado por cientistas, industriais e políticos, apresentava como finalidade debater e avaliar os limites do crescimento econômico levando em conta o uso crescente dos recursos naturais. O Clube de Roma mostrava que não se poderia mais adiar a discussão sobre os problemas ambientais, e tudo isso originou um grande debate global na Conferência de Estocolmo/1972, para discutir os problemas ambientais mundiais.

Isso feito, na Conferência de Estocolmo as ideias começam a mudar. É também um marco histórico, naquele momento a Educação Ambiental era pensada como componente de mudança comportamental, capacitação de professores e criação de métodos de intervenção, eram algumas metas dessa conferência.

Em Belgrado/1975, ex-Iugoslávia o debate passa avançar de forma qualitativa e assim é criado nessa conferência o PIEA (Plano Internacional de Educação Ambiental), com o objetivo de fortalecer os objetivos educacionais na área ambiental, contudo, foi na Conferência de Tbilisi-Geórgia que se marca a história da Educação Ambiental, publicado na íntegra: objetivos, funções, estratégias, característica, princípios e recomendações.

Em seguida, no ano de 1989, foi realizada a Conferência de Moscou avaliando as metas conquistadas e planejando as da década de 90. Existia grande preocupação em visualizar os resultados e os avanços dos integrantes de vários países participantes. Em 1992, no Rio de Janeiro, a Conferência Rio 92, é realizada, e com isso, temas importantes foram debatidos como: Agenda 21, mudanças climáticas, educação e gestão ambiental, o modelo produtivo, o que gerou a Declaração do Rio e a Carta Brasileira para Educação Ambiental.

Conforme Pedrini (2001) um dos eventos paralelos mais importantes para Educação Ambiental foi a jornada Internacional de Educação Ambiental. Dela derivou o “tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”.

Um novo tempo na história da Educação Ambiental no Brasil é marcado por pesquisadores com uma visão holística<sup>1</sup>. Para execução dessas atividades ambientais educacionais era preciso integrar as disciplinas no processo de Educação formal e não formal, sendo um projeto transformador, crítico e político.

A Educação Ambiental é um processo permanente voltado para mudanças da sociedade. O Brasil resolveu ir mais longe, em 1999, criou a legislação da EA que instituiu o Plano Nacional Educação Ambiental (PNEA) como política, sendo o primeiro país da América Latina a se preocupar em formar uma sociedade justa e consciente de seus atos ante o meio ambiente.

## **2.1 Legislação e Educação Ambiental**

A legislação ambiental brasileira, durante seu percurso, vem concebendo leis que regulam o meio ambiente e os seus recursos naturais, e nessas normas há referências à

---

<sup>1</sup> Visão do objeto pela totalidade.

Educação Ambiental. A Lei nº 6.938/1981 institui a Política Nacional de Meio Ambiente, e faz alusão em seus dispositivos à Educação Ambiental. Na Constituição Federal de 1988, em seu Artigo 225, menciona a Educação Ambiental como princípio formativo em todo sistema educacional.

No ano de 1999, foi promulgada lei específica para normatizar a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), nº 9.795/1999, está dividida em três capítulos: Da Educação Ambiental, das políticas nacionais, das execuções da política nacional. Para mudar os conceitos de uma sociedade era preciso uma legislação que normalizasse a maneira de se relacionar com meio ambiente através do aprendizado da educação e de um processo contínuo permanente.

No escopo da Lei 9.795/1999 (art. 1º):

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Podemos perceber na citação acima, que é preciso fortificar as bases educacionais. Não será possível implementar esses conceitos sem estruturar uma ética ambiental ampliada com abrangência holística do indivíduo; uma palavra que veio tomando conta nos debates foi a sustentabilidade, então, promover qualidade de vida de maneira que não degrade o meio ambiente é importante.

No art. 7º, diz também que:

A Política Nacional de Educação Ambiental envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e organizações não governamentais com atuação em Educação Ambiental.

A Política de Educação Ambiental envolve toda esfera pública e sociedade civil. Para essa política ter abrangência, era preciso estar em todos os espaços, tanto formal quanto não formal e no informal, atuando de maneira construtiva e contínua. A criação da citada lei ambiental, possibilitou ao governo a instituir a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) regida pelo órgão gestor, no caso o Ministério da Educação, além do Ministério do Meio Ambiente ampliando a visão de Educação Ambiental, por meio do Sistema Nacional de Educação Ambiental (SISNEA).

Em 2002, tal estatuto foi regulamentado pelo Decreto nº 4.281/2002 (BRASIL, 2002), definindo que a: “Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal.”.

De acordo com o MEC ( 2007):

Em 2003, o governo federal sintetiza esta frase “Educação Ambiental para um Brasil de todos”. O que seria a busca do órgão gestor (OG) da política nacional de Educação Ambiental? O órgão é formado por dois ministérios que atuam juntos: o MEC representado pela Coordenação Geral de Educação Ambiental, da Diretoria de Educação Integral, Direitos Humanos e Cidadania da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), representado pela Diretoria de Educação Ambiental, na Secretaria Executiva.

O trabalho realizado pelas organizações não governamentais mostrou que os governantes precisariam assumir procedimentos para educar a população, e nesta iniciativa o governo brasileiro mostrou um exemplo importante em relação à Educação Ambiental, criando o órgão gestor.

No Estado Amazonas os avanços em relação a Educação Ambiental, foi criação da Vara Especializada do Meio Ambiente e de Questões Agrárias, expressando assim, compromisso com o cumprimento dos marcos regulatório pertinente a crimes e condutas inadequadas contra o meio ambiente. A Constituição do Estado do Amazonas reservou o Capítulo XI para o Meio Ambiente, onde em seu Artigo 229, diz que: “Todos tem direito ao meio ambiente equilibrado, essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo.” Na qual a preocupação com a coletividade e a relação entre homem/natureza é importante para o equilíbrio da vida. O legislador expressa que manter e conservar para as gerações vindouras é um passo de sabedoria humana, o reflexo do amanhã é o hoje.

Conforme o Art.230 do Estado Amazonas, diz:

I - promover a Educação Ambiental e difundir as informações necessárias à conscientização pública para as causas relacionadas ao meio ambiente;

II - prevenir e eliminar as consequências prejudiciais do desmatamento, da erosão, da poluição sonora, do ar, do solo, das águas e de qualquer ameaça ou dano ao patrimônio ambiental.

A relação homem/natureza tem sido fragmentada durante o tempo, mas com surgimento dos movimentos ecológicos e a consciência de que precisamos de um planeta equilibrado, traz os países a se unirem com um propósito: colaborar à construção do saber ambiental. No Amazonas, buscar do equilíbrio entre homem e a natureza é essencial, pois, é na Amazônia que existe a maior parte da cobertura vegetal mundial, sendo assim, um grande passo importante para mostrar ao mundo que é possível viver no capitalismo sem degradar, partindo do pressuposto de que educar é necessário para crescer ambientalmente.

## **2.2 Princípios da Educação Ambiental**

No século XX, a Educação Ambiental tornou-se essencial para uma difusão do plano educacional global, afinal, o crescimento econômico e técnico-científico exacerbado tornou cada vez mais difícil a relação do homem com meio ambiente, e analisar as concepções de que os valores éticos de um povo ou nação precisam ser respeitados é um passo fundamental, entretanto, foi no Seminário Internacional de Educação Ambiental realizado em Belgrado, 1975, onde as decisões foram intensificadas, os acordos foram realizados. De tal evento, originou-se a Carta de Belgrado.

De acordo com Sarabia (2004):

Em Belgrado, ex-Iugoslávia, onde a UNESCO reuniu vários especialistas em educação, biologia, geografia, história entre outros, gerando o documento como “A Carta de Belgrado”. Preconizava-se a necessidade de uma nova ética global, que proporcionasse a erradicação da pobreza, fome, analfabetismo, poluição, exploração e dominação humana (SARABINA, 2004, p. 68).

A Carta de Belgrado veio para se refletir sobre uma ética ambiental, para buscar medidas eficazes, tendo como base sempre princípios norteadores como: éticos e morais são alguns dos objetivos das metas estipuladas no citado evento ambiental, encontrar maneiras para garantir às nações crescimento e desenvolvimento sem subjugar outros países, ou seja, à custa de outros países.

É imprescindível que aconteça uma reformulação no sistema educativo baseado em uma nova ética de desenvolvimento global, delineados nos parâmetros da Educação Ambiental discutidos nesse encontro com vários especialistas da UNESCO, sobre tomada de consciência, novos conhecimentos, atitudes, aptidões, capacidades de avaliação e participação.

Com intuito de ajudar pessoas e grupos sociais a adquirir, desenvolver, avaliar seu interesse pelo meio ambiente, protegendo de agressões, amenizando os impactos ambientais,

com medidas e programas de Educação Ambiental, essas são as árduas tarefas destacadas pelos vários profissionais da organização não governamental, assim também, instituiu o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) representando grande avanço no aspecto da informação e formulações de materiais educativos.

### 2.3 Correntes da Educação Ambiental

Tratar sobre a Educação Ambiental é falar sobre maneira e postura de nos relacionar com o meio ambiente, desse modo, surgiram teóricos com pensamentos diferentes, mostrando como entendem que a Educação Ambiental pode ser concebida.

De acordo com Sauv  (2005).

Os diferentes autores (pesquisadores, professores, pedagogos, animadores, associa es, organismos, etc.) adotam diferentes discursos sobre a EA e propõem diversas maneiras de conceber e de praticar a a o educativa neste campo. Cada um predica sua própria visão e viu-se, inclusive, formarem-se “igrejinhas” pedagógicas que propõem a maneira “correta” de educar, “o melhor” programa, o método “adequado” (SAUVÉ, 2005, p.16).

No plano de discussão, e oriundos dos movimentos da década de 70, citamos a seguir algumas das correntes ambientais que os profissionais ambientalistas participantes das conferências da ONU discutem amplamente. De acordo com Sauv  (2005), “algumas existem há tempos, outras predominaram certo período de tempo, os pesquisadores sempre v o inovando as discussões sobre o tema, as correntes mais recentes são: correntes holísticas, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, eco educa o, sustentabilidade”. Ao visualizarmos tantas correntes, notamos preocupa o de fazer o que   certo para a Educa o Ambiental em meios a tantos pensadores, no quadro abaixo temos as correntes ambientalistas e seus anseios.

Tabela 1 – Correntes da Educa o Ambiental

<b>NOME DA CORRENTE</b>	<b>OBJETIVOS</b>
Corrente naturalista	Reconstruir uma liga�o com a natureza
Corrente conservacionista/ Recursista	Adotar comportamentos de conserva�o. Desenvolver habilidades relativas � gest�o ambiental
Corrente resolutiva	Desenvolver habilidades de resolu�o de problemas (RP): do diagn�stico � a�o.

Corrente sistêmica	Desenvolver o pensamento sistêmico: análise e síntese para uma visão global. Compreender as realidades ambientais, tendo em vista decisões apropriadas.
Corrente científica	Adquirir conhecimentos em ciências ambientais. Desenvolver habilidades relativas à experiência científica
Corrente humanista	Conhecer seu meio de vida e conhecer-se melhor em relação a ele. Desenvolver um sentimento de pertença
Corrente moral/ética	Dar prova de eco civismo. Desenvolver um sistema ético.
Corrente holística	Desenvolver as múltiplas dimensões de seu ser em interação com o conjunto de dimensões do meio ambiente.
Corrente biorregionalista	Desenvolver competências em eco desenvolvimento comunitário, local ou regional.
Corrente prática	Aprender em, para e pela ação. Desenvolver competências de reflexão.
Corrente crítica	Desconstruir as realidades socioambientais visando a transformar o que causa problemas.
Corrente feminista	Integrar os valores feministas à relação com o meio ambiente.
Corrente etnográfica	Reconhecer a estreita ligação entre natureza e cultura. Aclarar sua própria cosmologia. Valorizar a dimensão cultural de sua relação com o meio ambiente.
Corrente do eco educação	Experimentar o meio ambiente para experimentar-se e formar-se em e pelo meio ambiente. Construir sua relação com o mundo, com outros seres que não sejam humanos.
Corrente da sustentação e da sustentabilidade	Promover um desenvolvimento econômico respeitoso dos aspectos sociais e do meio ambiente. Contribuir para esse desenvolvimento.

---

Fonte: Sauv , 2005.

### 3. A Educa o Ambiental na escola

A escola   uns dos principais lugares onde se forma o caráter e competências do indivíduo, e ao longo de muitos anos tudo que nós sabemos foi construído nos primeiros passos no colégio. Ao olhar em volta e pensar nos grandes mestres que já passaram, mostramos que a forma o do cidadão   preciso que se desgalgue as escadas da educa o escolar.

Vários temas têm sido discutidos em sala de aula, umas das abordagens é a Educação Ambiental.

Conforme Cuba (2010):

A Educação Ambiental ganhou notoriedade com a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental e, por meio dela, a obrigatoriedade da Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. A Lei 9.765/99 precisa ser mencionada como um marco importante da história da Educação Ambiental no Brasil, porque ela resultou de um longo processo de interlocução entre ambientalistas, educadores e governos (CUBA, 2010, p. 67).

A escola é um espaço formal na qual os educadores priorizam suas práticas em sala para assim, preparar o indivíduo para a cidadania. A Educação Ambiental nasce em um momento conturbado pelo fato de que o mundo ascende numa escassez de recursos naturais, mudanças climáticas que resultam da forma de vida antropocêntrica.

Na visão de Chalita (2002):

A educação constitui-se na mais poderosa de todas as ferramentas de intervenção no mundo para a construção de novos conceitos e conseqüente mudança de hábitos. É também o instrumento de construção do conhecimento e a forma com que todo o desenvolvimento intelectual conquistado é passado de uma geração a outra, permitindo, assim, a máxima comprovada de cada geração que avança um passo em relação à anterior no campo do conhecimento científico e geral (CHALITA, 2002, p. 34).

O autor demonstra que a educação vai muito além do que apenas ensinar na escola, ela transpõe o completo, ou seja, o holístico para que se perdue de geração em geração, conquanto que esteja sempre em nível mais avançado.

Para Boff (1999):

A Pedagogia da Terra é aquela que ensina a transformarmos a cultura da guerra e da violência em uma cultura de paz e não violência; é aquela que transmite aos jovens e às gerações futuras valores que inspirem a construir um mundo de dignidade e harmonia, justiça, solidariedade, liberdade e prosperidade; é aquela que procura construir uma sociedade sustentável que busca para si o desenvolvimento viável para as necessidades (BOFF, 1999, p. 34).

A educação molda o caráter do indivíduo, e segundo Boff (1999), uma prática pedagógica da terra expressa em uma língua que homem e natureza se comuniquem nas suas relações, e não o homem se colocando de fora para simplesmente vilipendiar a natureza. A escola, nesse sentido, é o local onde o aluno tem os primeiros contatos com o mundo, portanto, é nos primeiros passos que poderemos trabalhar essa relação.

#### **4. A Educação de Jovens e Adultos - Histórico e Concepções**

O processo histórico da Educação Jovens e Adultos - EJA - nasce num contexto de grandes mudanças no país, ou seja, em pleno século XIX. O país passava pelo período de transição de Império para República. De acordo com Strelhow (2010, p.3): “A ideias da pessoa analfabeta como dependente tomou força com o período que preconizava a República. Em 1879, a Reforma Leôncio de Carvalho caracterizava o analfabeto como dependente e incompetente”.

Desta forma, o Brasil estava atrasado, com pessoas que não tinham perspectiva de crescimento, com a vinda de imigrantes influenciados pela a promessa do café, ocorre um grande desenvolvimento na fazenda dos cafeicultores devido à mão de obra qualificada, mas, com as más condições de trabalho oferecidas no campo, começam as reivindicações por ideais existentes em seus países de origem.

Insatisfeitos também com o vazio sindical que provocava diferenças na sociedade brasileira, vários segmentos da sociedade iniciam debates na sua comunidade, fazem movimentos em espaço informal. No século XX, estava em ascensão o Partido Comunista (PC), o qual seguia a linhagem do marxismo. Tinha-se a ideia de que para levar os ideais de qualquer movimento era preciso educar as camadas populares que no atual momento da República estava com números da alfabetização desde o império alarmantes.

Nos movimentos antecedentes ao império, os preletores do movimento não queriam perder espaço no cenário da época, segundo a Igreja Católica, que já realizava educação no período colonial, não queria submergir com seus ideais, sabendo que grupos da oposição estavam crescendo e poderiam levar a sociedade ao declínio. São nesses movimentos que nasce a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Num período de extremas lutas por direitos e uma elite dominante que procuravam disseminar suas ideais para se manter no poder. No governo de Vargas, a partir da década de 1930, a preocupação aumenta, o Brasil precisa se industrializar e ter uma mão de obra qualificada.

Contudo, o país estava oposto aos interesses do capitalismo com uma população analfabeta, ou seja, a industrialização precisava de pessoas que soubessem ler, portanto, precisavam educar os jovens e adultos. Cria-se então, o Ministério da Educação - MEC, a educação é um direito do cidadão na legislação brasileira, entra o movimento da Escola Nova, onde professor não era o foco central da educação educativa, mas sim, o educando, e com participação em sua construção. Portanto, o MEC lança a primeira campanha de alfabetização.

Conforme Strelhow (2010, p.5) “criados guias de leituras, que possuíam em seu conteúdo, pequenas frases e textos sobre comportamento moral e com informações sobre saúde, técnicas de trabalho e higiene”.

Nesse período surge o Manifesto dos Pioneiros, no qual defendia que a educação precisava acontecer através do diálogo. Em 1958, no segundo congresso nacional de educação de adultos, Paulo Freire questionar o modelo de educação anterior dando ênfase para educação na base do diálogo.

De acordo com Paulo Freire: (1987, p. 66).

Durante a década de 50 vai-se gestando a despeito do amadorismo, improvisação e trabalhos de voluntariados uma educação de adultos não escolares, alimentada pela vigorosa proposta de educação popular. Pode-se dizer que em linhas gerais a Educação popular sempre esteve aliada aos movimentos emancipatórios, questionando formas de saberes e poderes que contribuem para o *status quo*.

O período dos acontecimentos dessas lutas era um momento conturbado, pois, via-se a educação popular como uma pregação do comunismo, com a colaboração de Paulo Freire, em 1958, surgiram os movimentos: UNEB, MCP PREITURA DE RECIFE, CPC UNE, CEPLA defendendo a educação na base do diálogo. Paulo Freire (2011, p.109) afirma que o diálogo é esse encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.

Nesse sentido, o diálogo é uma exigência existencial. Não se pode ter quem rouba a palavra aos demais. E aos que têm a palavra negada, resta que reconquistem esse direito. Para que haja uma transformação e humanização do mundo, um ser não pode querer que suas ideias sejam consumidas pelos demais, mas sim que ocorra uma criação conjunta de novos saberes e pensares (ROSA, et al. 2014).

Miguel Arroyo afirma (2005), que a educação popular só foi possível de ser desenvolvida através do primeiro mutirão de alfabetização, porquanto, foi pautando na alfabetização de forma voluntaria, posteriormente, o retorno na educação popular foi significativo. Paulo Freire assume o Ministério da Educação no governo de João Gullar, porém o momento era delicado, houve o golpe militar e precisaram mudar as estratégias.

Então, implantaram o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), onde se trabalhavam técnicas com palavras do cotidiano da pessoa, palavras-chaves, era uma educação centrada apenas na palavra. Assim, a ditadura militar editou um capítulo sobre legislação da educação, com o final da ditadura, a educação popular retorna, porém, só na Constituição de 1988, fala-se sobre a EJA. Nos governos seguintes não há uma preocupação em relação à Educação dos Jovens e Adultos. Mas, é no governo Lula no ano de 2000, que se

muda a situação com a criação do programa “Brasil Alfabetizado.” Em 2007 cria-se o FUNDEB. O Brasil começa a dar passos no caminho certo a alfabetização brasileira. Para Miguel Arroyo (2007): O Brasil precisa educar ao longo da vida para ter resultados satisfatórios ao longo do tempo.

#### **4.1 Legislação pertinente à Educação de Jovens e Adultos - EJA**

A história da Educação no Brasil passou por várias fases, no entanto, chegava-se o momento de regularizar, ou seja, regulamentar o ensino daqueles que não tiveram oportunidades de estudar no tempo normal, ou por trabalho, ou por falta condições, ou até mesmo por exclusão da sociedade.

Conforme os fundamentos legais, a política de Educação de Jovens e Adultos diante do desafio de resgatar um compromisso histórico da sociedade brasileira e contribuir para a igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção nas exigências legais definidas. A preocupação em redesenhar um direito perdido, ou seja, validar o direito dos cidadãos que estão à margem da sociedade, ou seja, sem nenhum amparo social do estado.

A legislação oficial da Educação de Jovens e Adultos nasce com a Constituição Federal de 1988, relatando em seu artigo 205, que: “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família”, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. E no artigo 208 amplia o campo dos direitos a esse segmento, o artigo diz:” I – ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria.”.

Essa garantia é fundamentada na Constituição Federal como obrigação do Estado, da família e percebe-se que há complexidade para a sua efetivação. No entanto, a junção das responsabilidades mostrará mais eficácia no desenvolvimento educacional e ao lado desse processo, no desenvolvimento humano; a sociedade participando como aliada na ação de formação e tendo sua parte fundamental na construção do cidadão.

O processo educacional da Educação de Jovens e Adultos, por conseguinte, torna-se efetiva com a Lei de Diretrizes Básicas da Educação, criada em 1996. Essa regulamentação mostrou o quanto o Brasil precisava ampliar o campo educacional. Assim, reservou a educação básica na esfera de modalidade, ampliando a extensão do ensino supletivo,

estabelecendo a oferta para aqueles que não tiveram o direito ou não terminaram o ensino básico.

Conforme a LDB, cap. II:

Artigo 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Parágrafo 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Parágrafo 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

Artigo 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

Parágrafo 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão: I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos; II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

Parágrafo 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Assim, a modalidade EJA é um total empenho do país a favor de uma equidade de acesso à educação básica como bem igualitário de todos, sendo então, direitos adquiridos pelos cidadãos brasileiros.

Trata-se de um direito positivado, constitucionalizado e cercado de mecanismos financeiros e jurídicos de sustentação. Assim, esclarecemos que a Educação de Jovens e Adultos está baseada no que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB nº 9.394.96, no Parecer CNE/CEB Nº01/2000, na Resolução CNE/CEB Nº11/2000, no Plano Nacional de Educação (Lei 10.172/01), no Plano de Desenvolvimento da Educação, nos compromissos e acordos internacionais.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB11/2000 e a Resolução CNE/CEB 1/2000) - devem ser observadas na oferta e estrutura dos componentes curriculares dessa modalidade de ensino.

Nessas diretrizes estabelecem que:

Como modalidade destas etapas da Educação Básica, a identidade própria da Educação de Jovens e Adultos considerará as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e

proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio.

Esse público vem sendo atendido no âmbito da educação básica por meio da Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Educação Continuada e a Alfabetização e Diversidade - SECADI/MEC, a qual tem priorizado um processo amplo democrático e participativo na construção de uma política pública de Estado para a Educação de Jovens e Adultos. Ressaltamos que essas ações têm fortalecido e estreitado a parceria entre Estados e Governo Federal na busca pela ampliação e melhoria da qualidade desse segmento educacional.

Em 2009, é feita uma Emenda Constitucional alterando o Artigo 208 da Constituição, sendo uma mudança importante para consolidar mais esse trabalho realizado na Educação de Jovens e Adultos, a alteração na legislação foi no item I e VII passando a vigorar as seguintes alterações:

Art. 208, diz:

I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

A Emenda Constitucional incluiu no escopo da Constituição o significado abordado pela LDB (Lei nº 9.394/1996) – a “educação básica”, que nessa lei seria formada pela educação infantil (creches e pré-escolas), ensino fundamental e ensino médio. Por conseguinte, a Constituição brasileira dá ênfase à “educação básica” como dever do Estado, obrigatória e gratuita na faixa etária “dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade”, sendo ainda dever estatal assegurá-la a todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. Sendo assim, um conceito legal estabelecido antes pela LDB, que a Constituição adotou no seu texto atual sobre o sentido da “educação básica.”

#### **4.2 Contextualização da relação Educação Ambiental/Educação de Jovens e Adultos – EJA**

A Educação Ambiental incorpora critérios socioambientais, ecológicos e éticos, ajudando à formação de valores morais, atitudes e conhecimento, assume o compromisso de educar para que os seres humanos entendam melhor as relações com o meio ambiente, à

compreensão dos modelos de desenvolvimento adotados por grupos sociais, como fator para entender a mediação das complexas relações entre homem/natureza.

Segundo Palheta (2007), para os alunos da EJA, não interessa somente o levantamento de novas ideias, em que se discutem propostas e ferramentas educacionais, é necessário inseri-los nas questões globais, como a compreensão da problemática ambiental e a crise gerada pelo modo de produção capitalista.

Para Santos (2007), a Educação de Jovens e Adultos deve estar relacionada a princípios norteados por atividades que assegurem a Educação Ambiental como eixo para impulsionar essa relação, na perspectiva da emancipação, participação e sobrevivência. Enfatizam ainda Medina e Santos (1999, p. 57), que “há que se buscar novas alternativas de aprendizagem que vislumbrem e incorporem as mudanças pretendidas à formação deste indivíduo idealizado para o mundo atual”.

A Educação Ambiental estimula a consciência do educando, fazendo uso das categorias como: legislação ambiental, biodiversidade, problemas ou potencialidades ambientais, educacionais e pedagógicas. Cabendo à escola encontrar alternativas e estratégicas na melhoria do processo educacional. A escola num esforço conjunto promove e difunde a educação, sendo os educadores agentes facilitadores na busca do conhecimento, do desenvolvimento de habilidades e da contribuição para a formação dos alunos.

O conhecimento adquirido no ambiente escolar só traz resultados favoráveis quando há interação entre o saber que o aluno traz e aquele adquirido durante as aulas, com o envolvimento integrado da comunidade, gerando melhor convívio social, mediado pela prática cidadã. Diante disso, a Educação de Jovens e Adultos deve estar inscrita nesse processo, associada epistemologicamente a pressupostos de Educação Ambiental. Quando acontece a ampliação do conhecimento e a melhor formação do aluno, esse cidadão será capaz de mudar toda uma estrutura social, criar novas dinâmicas sociais e econômicas.

A educação formal é aplicada na sala de aula, no entanto, no percurso da vida que o cidadão precisa estar preparado para as adversidades advindas dos contextos sociais, não existem técnicas sem a mudança de comportamento, orientações adequadas ajudam a sociedade a ver o meio ambiente diferente, e assim a ter oportunidade de discernir os conhecimentos de forma adequada desenvolvendo o perceptivo do cidadão na educação formal.

Mediante tais problemas, a educação formal deve constituir-se em um instrumento de orientação e valorização do discente da EJA, para uma sociedade mais justa e humana. Pois, para Medina e Santos (1999):

A introdução da Educação Ambiental no currículo do ensino básico apresenta uma situação impar para a renovação educativa escolar, visando uma educação de qualidade que responda as necessidades, cognitivas afetivas e éticas, capaz de contribuir com o desenvolvimento integral das potencialidades dos sujeitos e, por que não a sua felicidade (MEDINA e SANTOS, 1999, p. 12).

A Educação Ambiental promove o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em inúmeras e complexas relações. É o meio essencial para a proteção de áreas naturais e o equilíbrio do planeta.

Observamos nos dias atuais grande degradação ambiental, de forma intensa e rápida, afetando o patrimônio natural, representado pela biodiversidade, como sementes, ervas medicinais, raízes, além de toda diversidade de espécies animais, vegetais e microorganismos, e que não são levados em consideração por aqueles que transgridam as leis ambientais. Os impactos globalizados têm consequência nas espécies, na biodiversidade, pois, a sobrevivência dos seres vivos depende de um processo rápido de sensibilização e de um novo parâmetro de desenvolvimento.

Por meio da Educação Ambiental é possível desenvolver no aluno da EJA, a formação interdisciplinar, que tem como objetivo mudar comportamentos nefastos à natureza e habilitá-lo a conhecer e a compreender particularidade do meio ambiente em suas diversas dimensões. Conscientizar esses discentes da Educação de Jovens e Adultos é necessário, para o uso e conservação da natureza, é preciso saber utilizar, reutilizar, reduzir e reciclar, pois, só assim possibilita um desenvolvimento sustentável que não seja o lucro sua principal força motriz.

A preocupação com o meio ambiente engloba dimensões mundiais, mas vale ressaltar a importância da Educação Ambiental brasileira para a preservação da natureza, visto que, o nosso país possui uma imensa diversidade de recursos naturais que devem ser explorados de forma sustentável, principalmente, os da região amazônica.

Apesar de a mobilização para o despertar da consciência, ainda há muito a se realizar, no que tange à qualidade de vida, sendo a escola um fator determinante a essa conquista, por meio de uma prática educativa, numa abrangência maior que é a sua consolidação como filosofia da educação, quando age de forma interdisciplinar e compõe de forma ampla o seu papel no universo educacional, na busca de alternativas e soluções à construção do pensamento crítico para o fortalecimento da sociedade.

Diante do exposto, Santos (apud Arroyo 2001) e Caldart (1997), afirmam que os educadores e educadoras da Educação de Jovens e Adultos estão em constante movimento

buscando fazer acontecer uma educação específica, transformadora, pautada pela inserção dessa modalidade no eixo das políticas públicas e em temas de significância, como a questão ambiental.

De forma geral, a Educação de Jovens e Adultos, de acordo com a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, é uma categoria organizacional constante da estrutura da educação básica, com finalidades e funções específicas. Porquanto, as diretrizes curriculares para EJA desempenham três funções: A função reparadora, a função equalizadora, a função qualificadora, bem como, o modelo pedagógico da CEJA propõe um modelo próprio e que possa assegurar: Equidade, Diferença e Proporcionalidade.

As Resoluções do Conselho Estadual da Educação do Estado do Amazonas de nº 139/01 CEE/AM e a de nº 175/01 CEE/AM abordam sobre os temas da CEJA, no art. 3º da primeira resolução diz: É obrigatória a rede estadual de ensino a oferta de cursos na modalidade EJA. A segunda resolução orienta sobre os exames supletivos em caráter de dependência aplicados pelo CEJA.

As concepções teóricas que norteiam a prática docente estão fundamentadas na teoria de Paulo Freire e nos princípios do sócio construtivismo. Teoria de Paulo Freire: as lições principais que visam ao norteamento da prática pedagógica são: a relação aluno-professor-conhecimento, e no processo educativo problematização, reflexão, conhecimento e educação de caráter. O construtivismo: a construção do conhecimento, interação sujeito objeto do conhecimento, tratamento com o erro, tendo como princípios os da UNESCO como norteadores. São eles: aprender a ser, aprender a fazer, aprender a conhecer, aprender a partilhar. A seguir apresentamos na tabela nº2, os aspectos estruturantes da organização da Educação de Jovens e Adultos, na referida escola.

Tabela 2 - Estrutura organizacional da EJA – Ensino Médio.

<b>Componentes Curriculares</b>	Dias Letivos	Aulas Presenciais	Estudos Orientados	Horas Presenciais	Horas de estudos Orientados	Total
<b>L. Portuguesa Leitura</b>	65	48	17	96	34	130
<b>Matemática</b>	65	48	17	96	34	130
<b>Física</b>	50	32	18	64	36	100
<b>Química</b>	50	32	18	64	36	100
<b>Biologia</b>	50	32	18	64	36	100
<b>História</b>	50	32	18	64	36	100

<b>Geografia</b>	50	32	18	64	36	100
<b>L. Estrangeira Inglês/Espanhol</b>	50	32	18	64	36	100
<b>Artes</b>	50	32	18	64	36	100
Total da Carga Horária						960

Fonte: Acervo da pesquisa/2015.

O atendimento presencial corresponde a duas sessões de 2 horas, duas vezes por semana, em dias intercalados, sendo equivalentes 240 minutos de aulas semanais ou a quatro tempos de 60 minutos cada.

Os professores das diversas áreas atendem a quatro turmas em cada fase, onde for realizada a oferta do componente curricular 3 (três), fases: física, química, biologia, história, geografia, artes, e inglês ou espanhol. As turmas são atendidas pelos professores para aulas presenciais, em horários diferenciados. São oferecidas duas fases de matrícula durante o ano: duas fases para português e matemática e três fases física, química, biologia, história, geografia, artes, e inglês ou espanhol.

## **5. Representação social - Considerações**

A representação social é um ato da sociedade contemporânea que além de ampliar a dimensão coletiva da representação também integra o indivíduo no contexto social atual (REIS, 2013) ainda assim, o ato de representatividade se destaque em quatro parâmetros importantes conforme: Jodelet (2001).

Representação de alguma coisa (objeto) e/ou de alguém (sujeito); uma relação de simbolização e de interpretação (significações) com objeto ou sujeito; a representação nos é apresentada como uma forma de saber, de modelização do objeto legível por um suporte linguístico, comportamental ou material; a qualificação desse saber está ligada à experiência do indivíduo em seu contexto social (JODELET, 2001, p. 27).

Nesses aspectos, a representação é muito além de uma simples representatividade na qual a produção de conhecimento e de se comunicar são relativamente integrados ao saber contextualizados com os problemas, ou seja, sujeito ou objeto, comportamental ou material precisam ser ligadas as experiências do indivíduo

Segundo Moscovici (2003) a representação social é também o diálogo constante entre os indivíduos e que são moldadas, geradas e partilhadas, ou seja, a conversação molda e anima as representações, dando-lhes vida própria no contexto social.

Ainda assim, Moscovici (2009) entende que as representações sociais são como um conjunto de valores, ideias e práticas que ampliam as possibilidades das pessoas no que tange

entre outros, os aspectos material e social, as representações elencadas pela sociedade mostrar a sua comunicação na medida em que as experiências dos membros da comunidade são mostradas e classificadas em múltiplas feições da realidade de cada indivíduo da sociedade.

Para Queiroz (1995) as atividades relacionadas com conhecimento propagado através do senso comum têm permitido a sociedade elaborar e a colaborar com indivíduo na visão de mundo social em que ele está inserido. Mesmo que, culturalmente experiente, tomam forma como sentido e significado no contexto em que se manifestam.

Para Abric (2000) as representações exercem um papel essencial na dinâmica social em que correspondem e respondem a quatro funções importantes:

- 1) a função de saber: as RS permitem compreender e explicar a realidade; permitem que os atores sociais adquiram os saberes práticos do senso comum em um quadro assimilável e compreensível, coerente com seu funcionamento cognitivo e os valores aos quais eles aderem;
- 2) a função identitária: as RS definem a identidade e permitem a proteção da especificidade dos grupos. Situam os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a constituição de uma identidade social e pessoal gratificante, compatível com valores social e historicamente determinados;
- 3) a função de orientação: as RS guiam os comportamentos e as práticas. São prescritivas de comportamentos ou de práticas obrigatórias; definem o que é lícito, tolerável ou inaceitável em um dado contexto social;
- 4) a função justificadora, que permite, a posteriori, a justificativa das tomadas de posição e dos comportamentos dos indivíduos ou grupos sociais (ABRIC, 2000, p. 28).

Nessas funções citadas acima podemos entender que as representações podem exercer os mais variados propósitos elencando sempre as experiências sociais na qual o indivíduo está inserido, produz um espaço pois um a conversação informal retratar a realidade desenvolvendo competências na área social e coletiva.

Para Reigota (2010) as sociedades contemporâneas têm que incorporar as interpretações através de crenças e pensamentos comuns (representações) na qual é capaz de produzir a solidariedade orgânica, indispensável a constituição do equilíbrio entre os indivíduos e sua coletividade.

Ainda assim, Reigota afirma (2010) que representação social é a discussão das identificação das suas realidades contextual, ou seja, quando relacionada ao meio ambiente se divide em três representação: naturalista, antropocêntrico e globalizante, na qual essas divisões segundo Reigota o indivíduo é integrado pela natureza e sociedade em que essa natureza tem seus aspectos naturais da qual possui fonte de recursos naturais;

Diferentes os vários pontos de vista dos teóricos sobre representação social, todas tem a finalidade de elencar os diferentes modos entender o meio no qual o indivíduo vive. Outro autor que também elenca esse tema é Goldberg *et al.* (2005), tratando a representação não inanimada como uma das demonstrações de máxima importância para o desenvolvimento indivíduo/sociedade. Assim a teoria das representações sociais cerca um fenômeno dinâmico em construção que principalmente tem estruturação nas influências mútua entre o sujeito e o conhecido em seu meio dando significações subjetivas representando um caráter social (AVILA, 2016).

## CAPÍTULO II - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

- **Materiais e Métodos**

A pesquisa foi desenvolvida na escola Jacira Caboclo - Centro de Educação de Jovens de Adultos – CEJA. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que de acordo com Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social e de uma organização. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Quanto sua natureza, o estudo trata-se de caráter descritivo-exploratório, pois exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

A instituição está localizada à Av. Constantino Nery s/n, Bairro Presidente Vargas, possui em seu quadro funcional 31 professores, uma pedagoga e uma diretora e total de 1.435 alunos matriculados. No aspecto estrutural tem 17 salas, 1 refeitório, 1 secretaria, 1 sala da pedagoga, 1 sala para palestra, 3 banheiros para alunos, 2 banheiros para os servidores, 1 sala de professores, 1 biblioteca, 1 laboratório. Na escola existem alguns projetos em como: A Hora Civil, A Influência do Negro no Brasil, a Semana dos Povos Indígenas e a Semana da Leitura.



Figura 1- Centro de Educação de Jovens e Adultos: Jacira Caboclo  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015.

- **Caminhos da Pesquisa**

Para a materialização dos objetivos da pesquisa, primeiramente, conversamos com a gestora da instituição onde propusemos nossa proposta de trabalho; em seguida fomos encaminhados à pedagoga a fim de planejarmos a ação junto aos demais sujeitos da pesquisa.

A escola trabalha com um quadro de trinta e um professores nos três turnos, manhã, tarde e noite. O período da pesquisa foi de agosto de 2014 a julho de 2015. Para o seu delineamento, bem como para obtenção dos dados e formulação das alternativas metodológicas, foram cumpridas as fases descritas a seguir.

Fomos atendidos pela pedagoga, expusemos nossa inquietação em relação ao problema ambiental amazônico, no caso em tela, os da cidade de Manaus-AM, o que gerou a presente proposta de trabalho, em seguida a professora nos orientou quanto à estrutura diferenciada da Educação de Jovens e Adultos, como deveríamos proceder em relação à aplicação da estratégia, pois o horário das turmas é diferenciado do tradicional ofertado pelas escolas de educação continuada.

Ante as proposições da pedagoga, escolhemos a turma de Língua Portuguesa, que funcionava dois dias na semana: segundas e quintas-feiras. Nesse sentido, os sujeitos da pesquisa foram os vinte alunos da citada turma, do turno vespertino.

O passo seguinte foi a elaboração da primeira estratégia, onde optamos por apresentar aos alunos da turma, por meio de palestra, os problemas ambientais, suas origens e contextos. Após isso, expusemos nosso projeto, depois a docente nos explicou sobre o tempo disponível para execução das tarefas.



Figura 2 - Apresentação dos Problemas Ambientais.  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015.

No momento seguinte, reforçamos para a turma a problemática ambiental, nela incluída a amazônica, além de explanarmos sobre a necessidade de a Educação Ambiental se constituir como tema gerador de saberes ambientais por meio de representação ambiental, a

fim de minimizar a ação antrópica e melhorar a relação homem/natureza, em especial, na cidade de Manaus-Am.

Após a atividade, solicitamos aos estudantes que produzissem em forma de desenhos os problemas ambientais que os inquietavam, para possível intervenção educacional, focando na cidade de Manaus-Am. Alguns estão listados no quadro abaixo e representados nas imagens a seguir.

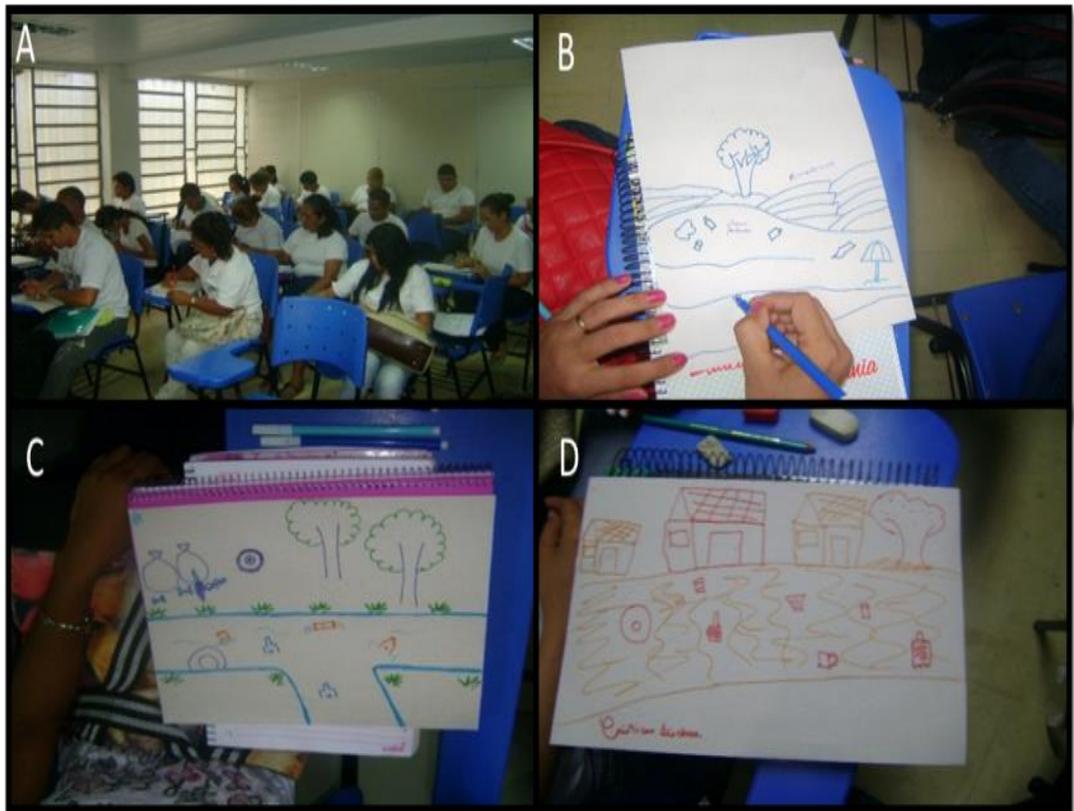


Figura 3 - Produção dos Discentes A: Atividades em sala de aula; B: Desenvolvimento das representações; C: Representação dos problemas ambientais e D: Representação dos lixos próximos as casas.  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015.

O foco dessa ação foi compreender quais os problemas ambientais que mais chamavam sua atenção, a fim de que fossem entendidas suas inquietações sobre os óbices ambientais apontados e tabulados os dados.

### CAPÍTULO III - RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o desenvolvimento da pesquisa, notamos nas representações acima que os alunos, em sua maioria, abordam como principal problema o acúmulo de lixo próximos a moradias e igarapés em Manaus, isso mostra que os alunos reconhecem que o lixo é um dos principais problemas ambientais, porém tratam o problema como algo corriqueiro. Apresentamos no quadro a seguir as representações mais preponderantes produzidas pelos sujeitos escolares acerca dos problemas abordados, pois as mesmas expressam a forma de conhecimento social do aluno aos problemas propostos. Para isso, elencamos as com menor índice de repetição.

Tabela 3 - Manifestações dos Discentes

<b>Sugestões/Soluções</b>	<b>Categorias</b>
Aluno 1 - Retirar as pessoas das margens dos igarapés.	Igarapé
Aluno 2 - Recolher o lixo das ruas (melhorar a coleta de resíduos domésticos).	Lixo
Aluno 3 - Aplicar multas para os poluidores de igarapés	Igarapé
Aluno 4 - Implantar meios de conscientização para as pessoas não jogarem lixo nos igarapés.	Lixo e igarapés
Aluno 5 - Educar as pessoas para não jogar lixo nos lugares inadequados.	Educação e lixo
Aluno 6 – Deveria ter mais leis severas em relação ao meio ambiente.	Políticas públicas
Aluno 7 – Deveria ter mais conscientização nas escolas e na TV.	Educação
Aluno 8 – leis para que as empresas cuidassem bem dos seus lixos.	Lixo
Aluno 9 – Melhorar a educação básica.	Educação
Aluno 10 – A poluição de um ambiente pode ser causada por falta de Educação Ambiental.	Educação Ambiental

Fonte: Acervo da pesquisa/2015.

Nessa pesquisa procuramos analisar as representações sociais e as manifestações dos discentes relacionadas ao meio ambiente. Os aspectos ambientais que os discentes representaram foram um conjunto de ambientes degradados, pois as suas inquietações mostraram a realidade do contexto de seu espaço de vivência, como é mostrado na representação da Figura nº 5 abaixo.



Figura 4 - Lixo nos igarapés  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015

É fundamental entender a visão que cada discente tem sobre o meio ambiente e, principalmente, de como os alunos percebem o ambiente em que está inserido, assim formam opiniões e atitudes por meio das representações elaboradas, bem como, prepara o cidadão a exigir justiça social, cidadania nacional como identidade planetária com autogestão e ética nas relações sociais e representações ambientais (REIGOTA, 2001).

Na representação ambiental foi possível analisar a inquietação do discente, corroborando com Reigota (2001) quando menciona a Educação Ambiental crítica e inovadora, ou seja, por meio da Educação Ambiental os discentes evidenciam o problema ambiental contemporâneo, no caso, a poluição do rio.

Outra inquietude dos alunos foi a gestão precária do lixo urbano, mostrado na Figura nº 6 abaixo, pois em sua visão, dentre os muitos problemas ambientais presentes em Manaus, o acúmulo de resíduos sólidos é o que mais se destaca, dessa forma, a prática pedagógica em forma de representação mostra os elementos figurantes que rodeiam os sujeitos da pesquisa em seu cotidiano.

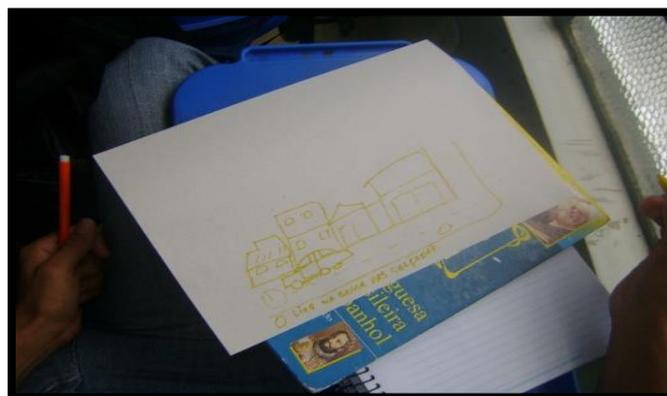


Figura 5 – Representação da coleta do lixo urbano  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015

Para Firmo et al. (2004), a construção social representativa pode ser de maneira significativa partir do princípio do pensar, agir e interpretar atrelando o contexto ambiental voltado para uma consciência ambiental sustentável. Nessa análise é importante observar que o autor enfatiza a participação interativa do aluno na representação social do meio ambiente como emancipação de indivíduo.

Os alunos manifestaram suas representações conforme suas experiências do meio em que vivem, ou seja, são peças importantes suas indagações para a construção de uma sociedade com equidade. Na apresentação abaixo, o discente elencou a poluição dos rios com lixo urbano, realidade das grandes cidades metropolitanas.

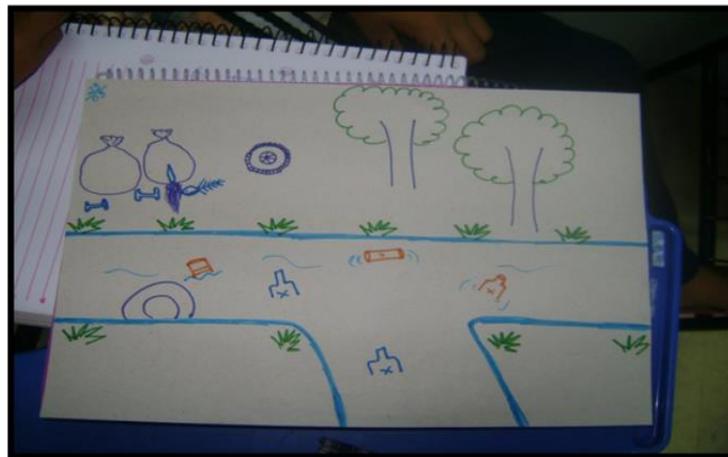


Figura 6 – Representação do lixo urbano no rio  
Fonte: Acervo da pesquisa/2015

Segundo Rodriguez (2009), a representação social usada como instrumento da Educação Ambiental resulta é um processo de aprendizagem que os educandos participam ativamente na conservação da sustentabilidade. Autor sustenta a ideia de que é imprescindível a participação do aluno no processo da Educação Ambiental amparado por uma autonomia deliberada para a sustentabilidade ambiental.

Além disso, as representações que foram produzidas pelos discentes os levaram a manifestarem proposições para o desnude da problemática ambiental. As respostas foram organizadas conforme seu grau de proximidade, ou seja, foi identificado o objeto-chave da frase e associado à outra resposta de mesmo sentido.

Como principal ideia de melhoria de ambientes degradados, os discentes apontaram a ação antrópica como ponto-chave e a Educação Ambiental. Ao total foram selecionadas dez

respostas sobre as melhorias aos ambientes degradados, os alunos estão identificados pela letra A de aluno e pela numeração correspondente a sua resposta, como mostramos a seguir.

***Resposta – A1: Retirar as pessoas das margens dos igarapés.***

O aluno em tela atribuiu como causa da degradação o fato de pessoas morarem em torno dos igarapés e, conseqüentemente, poluírem o local. O mesmo apresenta como solução a remoção dessas pessoas dos locais. Nesse sentido, Reigota (2010) afirma que em diversas passagens o homem é enquadrado como “a nota dissonante” do meio ambiente, ou seja, o componente depredador por excelência.

A conscientização por meio da Educação Ambiental foi um dos pontos mais citados pelos alunos, mostrando que em sua visão há carência na abordagem de conteúdos relacionados ao meio ambiente, além disso, foi citada a pouca informação que a comunidade tem como elemento “conscientizador” como o A4 cita:

***Resposta - A2- Implantar meios de conscientização para as pessoas não jogarem lixo nos igarapés.***

Assim como em Reigota (2010), a representação *conscientizadora*, aparece em diversas oportunidades, conferindo à Educação Ambiental a tarefa de introjetar nos indivíduos, indistintamente, um comprometimento que possibilite a preservação do meio ambiente, entendido como preservação da natureza.

A Educação Ambiental ou as suas falhas foram frequentemente citadas, para muitos a Educação Ambiental é o elemento - chave para melhorar os problemas ambientais e esse fato é evidenciado pelas respostas dos alunos A5, A7, A9, A10.

***A5- Educar as pessoas para não jogar lixo nos lugares inadequados.***

***A7 – Deveria ter mais conscientização nas escolas e na TV.***

***A9 – Melhorar a educação básica.***

***A10 – A poluição de um ambiente pode ser causada por falta de Educação Ambiental.***

Nesse sentido, a Educação Ambiental representa um instrumento fundamental para fortalecer práticas educativas como ações transformadoras, o que mobiliza os indivíduos para se tornarem em objetos essenciais para o desenvolvimento sustentável (SEGURA, 2001).

Sendo assim, fica evidente a importância de se conscientizar os cidadãos para que atuem de maneira responsável e mantenham o ambiente saudável no presente, para que no futuro saibam exigir e respeitar os direitos próprios e os de toda a sua comunidade, o que modificará suas relações com o ambiente tanto interiormente, como pessoa quanto como ser coletivo (REIS, SEMEDO E GOMES, 2012).

Outro ponto-chave apontado foi a ausência do poder público voltado às questões ambientais. Para os discentes, o poder público deveria adotar soluções severas, tanto para a população quanto para as empresas, e deveria administrar melhor a coleta de lixo nas ruas. Isso mostrou a preocupação com as obrigações das autoridades que administram a cidade, segundo a fala do aluno abaixo:

***A2 - Recolher o lixo das ruas (melhorar a coleta de resíduos domésticos).***

Para Reis, Semedo e Gomes (2012), o poder público também tem apresentado preocupação, contudo, isso se dá muito mais em vista de obrigações legais do que por preocupação dos benefícios que a consciência. Dessa forma, os impactos ambientais negativos resultam não só da precariedade dos serviços públicos oferecidos à população, mas também se dá pelo desleixo e omissão dos próprios cidadãos, o que coloca em risco aspectos de interesse da coletividade. Essa postura de dependência da população sucede muito por desconhecimento e falta de consciência ambiental.

***A3- Aplicar multas para os poluidores de igarapés***

***A6- Deveria ter mais leis severas em relação ao meio ambiente***

Os discentes também apontaram como solução a punição por meio de leis mais severas a quem cometer algum crime ambiental, mostrando a insatisfação com o descaso do poder público. Além disso, há também a preocupação com as empresas que contribuem para o agravamento dos problemas ambientais como mostra a resposta abaixo:

***A8 – leis para que as empresas cuidassem bem dos seus lixos.***

As empresas públicas e privadas possuem um papel fundamental, pois as mesmas devem trabalhar o desenvolvimento de programas de Educação Ambiental em parceria com a escola, com a universidade e com as organizações não governamentais; a sensibilização da sociedade para a importância das unidades de conservação, das populações tradicionais

ligadas às unidades de conservação, dos agricultores; o ecoturismo (REIS, SEMEDO E GOMES, 2012).

Rodriguez (2009) afirma que muitos são os métodos possíveis para o desenvolvimento das atividades ambientais, sendo que, cada professor e professora instituem o seu, mas, todos tem que ir ao encontro dos alunos participantes da atividade.

A cidade de Manaus é entrecortada por igarapés, próximos a áreas de risco, ou seja, áreas que podem desmoronar e onde seus habitantes edificam suas moradias, com isso, findam por destinar seus variados resíduos em esgotos, rios e córregos adjacentes, potencializando a poluição desses corpos d'água, gerando doenças, causando prejuízo e desconforto à população em geral.

As manifestações dos discentes apresentaram maior incidência, de acordo com a tabela nº 3, de lixo nos igarapés e coleta do lixo urbano, e esses problemas, segundo eles, são fruto de uma desatenção do poder público em geral com o tratamento dessa massa de resíduos urbanos.

É importante frisar as indagações dos discentes e fazer com que pensem sobre os problemas ambientais que os incomodam. Conforme a pesquisa de Sarábia e Silva (2004) realizada no município de Manaus, sobre questões ambientais com professores das escolas rurais do município, os entrevistados mostraram razoáveis conhecimentos sobre as questões ambientais perguntadas. (Tabela nº 4).

Tabela 4 - Conhecimento das questões ambientais pelos professores

Discriminação	Sim %
Preservação do meio ambiente	93,5
Desmatamento e consequências	50
Exploração da pecuária e consequências	68,5
Queimada e consequências	62,5
Exploração de madeira e consequência	37,5
Conhecimentos das políticas ambientais	12,5

Nas pesquisas de docentes de instituições locais, há a manifesta preocupação com problemas ambientais, fato positivo, pois estabelece pontos de convergência com o elenco de manifestações dos discentes da pesquisa, pois há as que sugerem a retirada dos moradores das adjacências dos igarapés, e que a coleta seletiva seja eficiente nessas áreas de risco, que a educação básica seja melhorada conscientizando sobre a importância da coleta seletiva e dos

danos que tal situação impõe à natureza. Há expressões focando na necessidade de as leis serem mais rígidas, porque não basta a letra no papel, mas sim, a integralidade da prática. Alunos relatam que os problemas existentes são decorrentes da ausência de programas que atendam à Educação Ambiental em seus aspectos formal, não formal e informal.

Conforme as imagens a seguir, percebemos que a poluição tem tomado cada vez mais espaços na paisagem urbana de Manaus, as inquietações dos discentes são vividas em seu cotidiano, suas manifestações expressas pelos desenhos nos levaram a pensar nas alternativas metodológicas adequadas aos problemas apresentados.

A realidade dos igarapés de Manaus é um descaso do poder público, pois, confirma a inquietação dos discentes, o acumulativo desses problemas leva à precarização da saúde pública.

“O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Estas relações implicam processos de criação cultural e tecnológicos e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído (REIGOTA, 1997, p.14).”

Dessa forma foi possível notar que, nessa visão, o conceito de meio ambiente pode ser considerado socioambiental, já que leva em conta não só os aspectos naturais e físicos, como também as relações sociais, culturais, históricas e tecnológicas entre os elementos envolvidos. No âmbito do ensino de ciências, essa visão socioambiental sobre meio ambiente torna-se bastante oportuna, principalmente por refletir as discussões pautadas na importância de se inserir aspectos da história, sociologia e filosofia na educação científica (SILVA, 2009).

Tratar do socioambiental enfatizando os aspectos como o físico e o natural, tendo a escola como espaço importante para transformação da sociedade através das representações ambientais demonstrando que a Educação Ambiental é o caminho a ser integrado por práticas e hábitos transformadores, é na verdade reconhecer que o espaço escolar tem contribuição social para a conscientização ambiental conforme apontam os resultados.

Para Marx (1993), o processo de humanização é conectado ao processo social, consciente humanístico e relacionado à realidade em que o indivíduo vive, onde processo também pode ser construído, no caso, o ambiente escolar. Desse modo, a Educação Ambiental é estratégia metodológica significativa para inaugurar no aluno, nas pessoas em geral, um sentimento de pertencimento à natureza, e que oriente o estudante acerca de sua importância para a vida e, por isso, deve ser cuidada, deve ser protegida.

## **Considerações Finais**

Os problemas ambientais apresentados pelos discentes por meio de suas representações são importantes para a diminuição de impactos ambientais, pois leva o indivíduo à reflexão sobre o ciclo vital da vida, trazendo melhorias à situação ambiental e garantindo um futuro para as gerações posteriores. Conforme Carvalho (2005), as alternativas ideais de intervenção pedagógicas em Educação Ambiental podem romper com o modo e com a visão reducionista que se perdura há tempos. A constante mudança de comportamento, modo/maneira, atitudes requer uma postura de trabalho de intervenção, isso proporciona variedades de métodos e metodologias trabalhadas para compreensão de problemas ambientais.

Nesse sentido, foi possível identificar por meio das representações uma grande inquietação por parte dos alunos, em relação ao meio ambiente, e as soluções dadas a esses problemas, seriam melhorias na aplicação da Educação Ambiental, resposta mais citada. Isso mostra o quão pouco é investido em Educação Ambiental, tanto pelos administradores das instituições de ensino da Educação de Jovens e Adultos, quanto pelos órgãos públicos vinculados ao Sistema Nacional ao Meio Ambiente - SISNAMA.

Foi possível notar que a Educação Ambiental deve ser inserida e trabalhada de forma a reforçar a maneira de pensar e de agir no meio ambiente da escola e sociedade. Para Reis, Smedo e Gomes (2012), deve ser implementado um Programa Educacional Ambiental, atendendo às especificidades de cada público-alvo, com seus aspectos culturais, sociais, econômicos e ecológicos, despertando seu enfoque interdisciplinar e sistêmico para que o Programa realmente seja consistente.

Devemos sensibilizar os alunos e as pessoas, a produzir, a socializar conhecimentos entre os diversos grupos sociais, introduzir e promover o aprendizado de novas atitudes, novos valores em relação ao meio ambiente, para se produzir uma releitura do mundo e de sua realidade, de forma a perceber a dinâmica socioambiental que relaciona o global e ao local.

Sendo assim, por meio de um investimento nessa área, poderia se educar discentes conscientes e sensibilizados por meio de uma visão transformadora de natureza, instrumentalizando-os para a condição de educadores ambientais, elevando a Educação Ambiental a um status que viabilizasse sua inclusão como tema gerador, como tema interdisciplinar aos mais variados currículos, interagindo, dessa forma, com outros estamentos do saber científico.

## Referências e Obras Consultadas

ABRIC, J. C. **A abordagem estrutural das Representações Sociais**. In: MOREIRA, A. SP; OLIVEIRA, D.C. (org.). Estudos Interdisciplinares de Representação Social. 2. ed. Goiânia: AB, 2000.p.27-37.

ARROYO, Miguel González. "**Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública.**" Diálogos na educação de jovens e adultos. Autêntica: Belo Horizonte, 2005, 19-50.

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação de jovens e adultos em tempos de exclusão. Alfabetização e Cidadania**. São Paulo, n. 11, p. 9-20, 2001.

AVILA, A. M. TEXEIRA, E. S. **Representações Sociais sobre Educação Ambiental e Objetivações em Práticas Pedagógicas no Ensino Fundamental**. Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 29 | p. 88-104 | Dez. 2016 Recebido em: 24.11.2015 Aprovado em: 12.12.2016.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. 7. ed. Petrópolis: Vozes,1999.

**BRASIL**. Decreto nº 4.281 1, de 25 de junho de 2002 - Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências, 1999.

**BRASIL**. Ministério da Educação e Cultura. Programa Nacional de Educação Ambiental. 2007.

CHALITA, Gabriel. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2002.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**. Resolução nº 139/01 de 4 de fevereiro de 2013, Manaus, fev./2013.

**CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**. Resolução nº 175/01 de 18 de dezembro de 2001, Manaus, mar/2001.

**CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS**. Manaus: Editora Valer, 2001.

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL**. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.

CUBA, Marcos Antônio. **Educação Ambiental nas Escolas**. São Paulo, 2010.

FERREIRA, R. L.; NETO, A. A. B. **Educação Ambiental: uso de sacolas Retornáveis**. Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol.5 n.3 | jan/jun, Paraná, 2014.

FIRMO, J. O. A.; LIMA-COSTA, M. F.; UCHÔA, E. **Projeto Bambuí: maneiras de pensar e agir de idosos hipertensos**. Cadernos de Saúde Pública, v.20, n.4, Rio de Janeiro, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50.ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 8 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GOLDBERG, L. G; YUNES, M. A. M; FREITAS, J.V. **O desenho infantil na ótica da ecologia do desenvolvimento humano**. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 1, p. 97-106, 2005.

GREGÓRIO, Angelívia et al. **Educação Ambiental: concepções e práticas na educação de jovens e adultos de diferentes escolas do noroeste do Paraná** 1 <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiiinpec/resumos/R1194-1.pdf>. 2011.

GRUN, Mauro. **Ética e Educação Ambiental**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2011.

JODELET, D. **Representações sociais: um domínio em expansão**. In: JODELET, D. (org.) *Representações sociais*. Rio de Janeiro: EDUERJ. 2001.17-44p.

MARX, Karl. **Manuscritos económicos-filosóficos**. [S. l.]: Edições 70. 1993.

MEDINA, Naná Mininni. SANTOS, Elizabeth da Conceição. **Educação Ambiental: Uma metodologia participativa de formação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

MIRANDA, Alair dos Anjos de et al. **Educação Ambiental: estudos numa perspectiva para uma sociedade sustentável no município de Manaus**. Manaus: EDUA, 2004.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis, RJ: [s.n.] 2003.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NASCIMENTO, D. M. **Resíduos Sólidos Urbanos: Análises e Desafios no Estado do Ceará**. In: II Congresso Nacional de Educação Ambiental, 2011, João Pessoa. *Educação Ambiental Responsabilidade*. Joao Pessoa: Editora Universitária da UFPB,

PADUA, A. **Educação Ambiental: Um caminho possível para mudança**. In: *Panorama da Educação Ambiental no ensino fundamental*. Oficina realizada em março/2000, Brasília/DF.

**PARECER** nº 011 de 27 de janeiro de 2000, Brasília, fev./2000.

PEDRINI, A. de G. **O contrato social da ciência: Unindo Saberes na Educação Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2002.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão. **Educação Ambiental: Reflexões e Práticas Contemporâneas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

**POLITICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL** nº 9.795, de 24 de abril de 1999.

QUEIROZ, A. C. **A práxis Ambiental e a Educação Escolar**. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio Grande do Norte BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde, temas transversais \ Secretaria da educação fundamental. Brasília, 2002.

QUEIROZ, M. S.; CARRASCO, M. A. P. **O doente de hanseníase em Campinas: uma perspectiva antropológica**. Cadernos de Saúde Pública. v. 11, n. 3,. Rio de Janeiro, 1995

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REIGOTA, M. **O que é Educação Ambiental?** São Paulo: Brasiliense, 1994; 1997.

REIGOTA, Marcos. **O que é Educação Ambiental**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

REIS, L. C. L. SEMEDO, L. T. A. S. GOMES, R. C. **Conscientização ambiental: da educação formal a não forma**. Revista Fluminense de Extensão Universitária: Vassouras, v. 2, n. 1, p. 47-60, jan/jun., 2012.

REIS, S. L. A. BELLINI, **Representações Sociais como Teoria e Instrumento Metodológico para a Pesquisa em Educação Ambiental**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.21, n.1, p.276-294, jan./jun.2013 <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>.

RESOLUÇÃO nº 01 de 1 de julho de 2000, Brasília, jul./2000.

RODRIGUEZ, José Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente da. **Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável: problemática, tendências e desafios**. Fortaleza: Edições UFC, 2009; 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

ROSA, A. C. F. **Pedagogia dialógica de Paulo freire como fundamento da formação de professores no IFTO: uma possibilidade em construção**. Tocantins: JICE, 2014.

SANTOS, Elizabeth da C. et al. **Educação Ambiental**. Manaus: UEA, 2007.

SATO, Michele. CARVALHO, Isabel. **Educação Ambiental: Pesquisa e Desafios**. Santana, RS: Artmed, 2005.

SAUVÉ, L. **Uma cartografia das correntes em Educação Ambiental**. In: SATO, M; CARVALHO; I.C.M. (e colaboradores). Educação Ambiental: pesquisa e desafios. Porto Alegre, Artmed, 2005.

SEGURA, D. DE S. B. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua a consciência crítica**. São Paulo. Annablume, 2001.

SILVA, S. N. **Concepções e representações sociais de meio ambiente: uma revisão crítica da literatura**. Florianópolis: Empec, 2009.

STRELHOW, Thyeles Bocarte. **Breve história sobre a educação de jovens e adultos.** 2011. v.4.

**VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRARIAS.** Legislação Ambiental Brasileira. 3ª ed. Vara do Meio Ambiente: Manaus, 1999/2000).